

# Trinta Anos de Geografia Política no PPGG: Balanço e Perspectivas

## Thirty Years of Political Geography at the PPGG: Balance and Perspectives

Iná Elias de Castro<sup>i</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** Este texto traz a experiência de 30 anos de geografia política no PPGG como parte da comemoração dos seus 50 anos. A liberdade de escolha da grade temática das disciplinas e das pesquisas dos estudantes e a tolerância entre os colegas do Programa são marcas que têm aberto a possibilidade aos professores de definir novos conteúdos para seus campos de conhecimento com diferentes matrizes teóricas, conceituais e metodológicas. Esse pluralismo beneficiou a ideia de desenvolver estudos numa geografia política informada pelas bases conceituais da política, tomada aqui no seu sentido teórico, institucional e empírico. A abordagem teórica da ciência política como balizamento para questões da geografia política conduziu a temas, autores, discussões teóricas e pesquisas que, de modo surpreendente, apresentavam afinidades com aqueles da geografia e possibilitavam ampliar o escopo de análise e debates na disciplina. A criação do GEOPPOL – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território fortaleceu a geografia política, acolheu estudantes e formou profissionais que hoje atuam em diferentes instituições e estão presentes em universidades de diferentes partes do país. A maioria das teses e dissertações foram publicadas e tornaram-se referências para outros estudantes de outros programas de pós-graduação. A partir do PPGG e do Geoppol temos hoje uma rede de trocas com colegas que lideram pesquisas em geografia política em estados da Região Nordeste – Pernambuco, Paraíba, Bahia e Ceará –, em Brasília, na UnB e no Ministério da Ciência e Tecnologia, no Paraná e em instituições do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Geografia Política; PPGG; GEOPPOL.

**Abstract:** This text treats the experience of thirty years of political geography in the PPGG up to the time of its 50th anniversary. The freedom of student to choose the thematic grid of the courses to take and tolerance between colleagues in the program over time has opened the possibility for professors to define new content for their fields of knowledge using different theoretical, conceptual and methodological approaches. This academic pluralism in turn permitted developing lines of political geography informed by conceptual bases of politics, taken here in their theoretical, institutional and empirical sense. The theoretical approach of political science as a guide for political geography led to

---

<sup>i</sup> Professora Titular aposentada. inacastro@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-4629-787X>

themes, authors, theoretical discussions and research that, surprisingly, had affinities with those of geography and made it possible to expand the scope of analysis and debates in the discipline. The creation of GEOPPOL (Group of Studies and Research on Politics and Territory) strengthened political geography in the program, attracted students and trained professionals who today work in different institutions and are present in universities throughout the country. Most of the theses and dissertations produced were published and became references for students from other post-graduate programs. From the PPGG and GEOPPOL a network arose connecting colleagues doing research in political geography in states of the Northeast Region (Pernambuco, Paraíba, Bahia and Ceará), in Brasília, at the UnB and at the Ministry of Science and Technology, in Paraná and in institutions of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Political Geography; PPGG; GEOPOL.

## Introdução

Comemorar 50 anos de um programa de Pós-Graduação que durante todas essas cinco décadas tem mantido seu nível de excelência revela a importância da tarefa coletiva – da Universidade, dos corpos docente e discente – da qual tenho feito parte por mais de três décadas. A liberdade de escolha da grade temática das disciplinas e das pesquisas dos estudantes e a tolerância entre os colegas do Programa são marcas que têm aberto a possibilidade aos professores de definir novos conteúdos para seus campos de conhecimento e, aos estudantes, favorecem um amplo leque temático para pesquisas de dissertações e teses. Essa possibilidade de percorrer diferentes matrizes teóricas, conceituais e metodológicas é um trunfo que o programa tem sabido cultivar e renovar ao longo da sua história.

Neste texto trago minha experiência desses 30 anos de PPGG e os rumos da geografia política que implementei, fortemente influenciada pelo meu doutorado em ciência política. A ideia de desenvolver estudos numa geografia política informada pelas bases conceituais da política, tomada aqui no seu sentido teórico, institucional e empírico abriu um leque temático inovador que favoreceu o aprofundamento de temas antenados com a realidade do país, ao mesmo tempo que exploravam metodologias com bases conceituais e empíricas consistentes que deram suporte às teses e dissertações, mas também às minhas próprias indagações.

A influência das leituras do curso de doutorado é evidente. O ponto de partida para uma abordagem teórica da política como balizamento para questões da geografia política foi o acesso a temas, autores, discussões teóricas e pesquisas que, de modo surpreendente, apresentavam afinidades com aqueles da geografia e possibilitavam ampliar o escopo de análise e debates na disciplina.

O texto está dividido em duas partes: na primeira, trago as disciplinas que foram criadas desde a minha entrada no PPGG em 1991 e na segunda, a criação do GEOPPOL – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território, que acolheu e formou profissionais que atuam em diferentes instituições e apresento o modo como essas disciplinas estimularam pesquisas para dissertações e teses que foram bem além do Rio

de Janeiro e atraíram professores de universidades de diferentes estados, sobretudo da Região Nordeste. Destaco também a importância que os cursos oferecidos tiveram para atrair profissionais da Fundação IBGE, bem como o destino de egressos aprovados em concursos para universidades federais e para a administração pública federal, no Rio de Janeiro e em Brasília.

## As Disciplinas

A partir de 1992, fortemente influenciada pelo curso de doutorado no IUPERJ<sup>1</sup>, as questões e temas de uma geografia política mais informada por fundamentos conceituais e teóricos da ciência política eram inevitáveis nos cursos então oferecidos às turmas de pós-graduação. Com a repercussão da tese<sup>2</sup> e os muitos debates em torno de seus resultados – a favor e contra – em mesas redondas e seminários, no Rio de Janeiro e outros estados, mas especialmente na Região Nordeste, abriu-se uma janela de oportunidade para o tema. A questão Nordeste, tão discutida e imposta à nação como um destino manifesto às avessas pôde ter uma nova maneira de ser pensada.

Os ecos da tese foram muitos. A importância da Região Nordeste e de sua elite política no histórico suporte ao poder central, fosse ele democrático ou autoritário, forneceu rico material para cursos e para projetos de pesquisas, apesar de esse ser um tema pouco valorizado pela geografia naquela década, pouco inclinada a estudar a inserção territorial das estratégias de sobrevivência da velha, mas sempre renovada, oligarquia política nordestina. Esse era um tempo de crítica radical ao conceito de região, da negação da política e do Estado-Nação, visto como um instrumento dos interesses capitalistas. Política e região eram percebidos como resquícios do passado positivista e conservador da disciplina e a perspectiva de estudar a elite regional remetia a algo pior, o liberalismo. Passando ao largo desse debate, as disciplinas oferecidas foram bem recebidas e teses e dissertações inovadoras e de qualidade foram defendidas.

Assim, com a liberdade de criar cursos de acordo com nossas linhas de pesquisa, foi criada a disciplina Imaginário Político e Território e, posteriormente, Região e Regionalismo. As duas disciplinas propunham uma bibliografia que aproximava a geografia política da geografia cultural que, embora trazendo debate teórico mais amplo, atraiu professores de universidades nordestinas com propostas de teses de doutorado que davam continuidade e inovavam os muitos modos de estudar o regionalismo no país.

A base conceitual utilizada foi a dos debates sobre a região e o regionalismo, tanto na geografia como na ciência política e sociologia. Os temas do regionalismo e da identidade regional faziam parte da agenda dos dois cursos e eram abordados em diferentes perspectivas conceituais, resgatando discussões e algumas polêmicas que opunham as correntes materialistas às outras abordagens, fossem humanistas, institucionalistas ou econômicas. A bibliografia disponível era considerável, especialmente na França e na Inglaterra, o que indicava a importância do tema e as muitas discordâncias em torno da melhor forma de abordá-lo. A inclusão da elite – política, econômica ou cultural – não era estranha, embora menos frequente, especialmente no Brasil.

As indagações da pesquisa de doutorado tinham se aprofundado e meu objeto de atenção tornou-se a elite empresarial nordestina que se beneficiava com as condições do

clima semiárido. Identificá-la, analisar seus discursos sobre as vantagens da pouca chuva e do grande potencial que o clima semiárido representava permitiu aprofundar aquilo que a tese do doutorado já havia demonstrado, ou seja, como a imagem regional é uma elaboração social, jamais espontânea e sempre eivada de interesses, mas, paralelamente, constatar a validade da leitura d'*O discurso da servidão voluntária* de La Boétie (2015).

Na vertente da relação entre a geografia e a política, a oferta da disciplina Estado e Território foi fundamental. Focada no Estado Moderno como problema para a geografia, trouxe para o PPGG uma vertente de discussões e pesquisas a partir da premissa que território e política formavam dois campos de teorização e pesquisa que, na maior parte das vezes, caminhavam em paralelo, apesar da existência de uma geografia política e de o exercício da política ser sempre territorialmente referenciado. O território foi apresentado e debatido como arena de conflitos, como campo de ação das diferentes esferas decisórias da política, desde as mais formalizadas, com suporte na base institucional jurídica do Estado nacional até aquelas definidas em campos relacionais privados. Neste sentido, dimensões espaciais como localização, densidade, distância, acessibilidade e escalas que não podem deixar de ser consideradas na compreensão de processos político-espaciais foram retomadas como questões da geografia política.

O Estado moderno tornou-se uma questão importante para os debates tendo em vista as limitações no conhecimento e mesmo, por que não dizer, má vontade da geografia em relação a ele, seja como objeto de análise teórica seja como problema empírico. Leituras de clássicos da filosofia política como Maquiavel, La Boétie, Hobbes, Locke, Rousseau, os Federalistas, Tocqueville etc. ampliaram o campo de debates. Discussões acaloradas e interessantes possibilitaram reduzir preconceitos e demonstrar que esse é um objeto geográfico inescapável, como tantos outros, cuja análise, controvérsias e argumentação enriquecem o campo da geografia política e contribuem para conhecer melhor a realidade. As leituras teóricas e conceituais sobre o Estado como objeto geográfico favoreceram a qualidade das teses e dissertações pelo melhor enquadramento dos problemas identificados e pesquisas empíricas.

Com a geografia cada vez mais informada pela política seguimos a mesma linha da perspectiva de Jacques Lévy, para quem mais do que geografia política nos moldes clássicos é importante hoje fazer uma geografia do político. Nesta direção, a centralidade territorial do Estado como fundamento da autonomia do seu poder, como discute Michael Mann, define uma agenda de pesquisa inovadora, que incorpora as múltiplas escalas com as quais o campo da geografia deve lidar. Esta escala, duramente criticada na retomada da geografia política desde a década de 1970, adquire significado bem diferente quando considerada a partir das entranhas do Estado, ou seja, das suas instituições e dos vínculos destas com o território e a sociedade. Não há divórcio entre formação da sociedade e aquela dos aparatos para o seu governo, que na modernidade assumiu o formato do Estado moderno, como um olhar mais apressado para algumas das polêmicas entre a sociologia e a ciência política pode fazer crer. Na realidade, o Estado é um "*locus*" de poder, mas de poder político, e a tentativa de substituí-lo na agenda da geografia política por uma geografia do poder mostrou-se sempre incompleta.

Neste sentido, o Estado foi retomado da agenda da geografia política clássica, porém, menos nos seus conteúdos formais ou na relação com outros Estados, tema central

da geopolítica, mas como uma escala política consistente que define um território pleno de problemas, conflitos e contradições. A ordem espacial que resulta desta dinâmica oferece uma agenda temática estimulante e também provocativa que, ao aceitar a multidisciplinaridade, recorre a matrizes intelectuais que transcendem ao campo da geografia e se estendem ao domínio mais amplo das ciências sociais.

Como desdobramento de uma problemática focada na relação entre Estado e território foi criado o curso Território e políticas públicas, adequado aos avanços de minhas questões e buscando trazer para essa relação o leque expressivo de problemas empíricos que o tema requer. Com objetivo de discutir os conceitos e as possibilidades empíricas das políticas públicas e das instituições para a compreensão das dinâmicas diferenciadas dos territórios e da cidadania no país, foram analisados desde o contexto da organização federativa no Brasil até as diferentes escalas das políticas públicas e seus impactos sobre o território e sobre a cidadania.

Dentro do eixo temático dos debates teóricos sobre as políticas públicas e o território emergiram as relações entre as bases institucionais do Estado moderno e da cidadania. Cada um desses desdobramentos trouxe discussões em torno dos conceitos e das possibilidades empíricas das políticas públicas e das instituições para a compreensão das dinâmicas diferenciadas das profundas desigualdades de acesso a recursos para o exercício da cidadania no território do país. O curso trouxe a análise do contexto da descentralização federativa no Brasil, definido pela constituição de 1988, e os impactos das políticas públicas sobre a sociedade e o território. As escalas territoriais de decisão, nas quais instituições e sociedade atuam como recursos da cidadania, delimitaram um campo de estudo e construíram um objeto de investigação que inspirou algumas dissertações de mestrado e teses de doutorado, como veremos mais adiante.

Ainda na perspectiva mais focada na política como questão a ser considerada na compreensão das práticas territoriais, foi incorporado o conceito de densidade institucional como problema central para compreender as decisões individuais ou coletivas, formais ou informais, institucionais ou autônomas que moldam e que se expressam no espaço habitado. Essas decisões, que se consubstanciam em atos e ações, balizam a organização do espaço e moldam os territórios do cotidiano dos cidadãos e refletem o peso daquela densidade.

O território foi outra questão debatida em curso e em seminário de doutorado tomado, porém como fundamento do poder, tanto político como social. A abordagem geográfica do poder trouxe leituras e debates sobre a base territorial do poder autônomo do Estado, que se exerce a partir da força infraestrutural inerente ao território e nem sempre considerada na geografia. As diversas possibilidades analíticas do poder como problema possibilitaram a emergência de novos debates sobre o Estado, a legitimidade do poder de coerção legítima e os limites a ele estabelecidos pela política e pelo exercício da cidadania.

Como desdobramento das temáticas e da vertente conceitual do institucionalismo propostas nos cursos, o município emergiu como um espaço político e institucional inescapável dos debates e das pesquisas. A ideia é que a cidadania, sendo mais do que um conceito abstrato, é basicamente uma vivência cotidiana no território. No contexto da federação ela é exercida no lugar de vida e de trabalho que no caso brasileiro é o municí-

pio. Pesquisado tradicionalmente nas muitas monografias descritivas da clássica vertente ideográfica da geografia, o município, a partir de novo arsenal teórico conceitual da geografia política no PPGG, tornou-se um objeto de estudo com múltiplas possibilidades temáticas e analíticas no campo das relações entre as políticas públicas e o território, da gestão urbana e metropolitana, da geografia eleitoral e dos espaços políticos de poder e ação, reivindicados nos discursos para emancipação de distritos para se tornarem municípios. O problema da divisão administrativa territorial não pode ser compreendido sem considerar o que efetivamente representa o espaço municipal no contexto dos conflitos, disputas e alianças políticas no país. Além de lugares de vida, os municípios são mobilizados como distritos eleitorais para todas as eleições, proporcionais ou majoritárias, como define o sistema eleitoral brasileiro.

No aprofundamento desse eixo temático, o problema do espaço político foi progressivamente elaborado no sentido de ampliar as possibilidades analíticas e a compreensão da relação entre a política, como arena necessária ao conflito e resolução de interesses diferentes, possibilitando a convivência entre os desiguais, e o espaço como base material desta convivência.

Cada uma das vertentes até aqui apresentadas foi enriquecida pelas dissertações e teses que relato a seguir. Sem obedecer a uma ordem cronológica dos trabalhos, optei por alinhar esses trabalhos e seus autores com as influências que tiveram dos cursos, debates e bibliografia. Há, porém, uma ordem cronológica das temáticas. Ao reviver essas experiências acabei me surpreendendo com a coerência entre o oferecido nos cursos, os debates no Geopopol e os temas das teses e dissertações.

## As Teses e Dissertações

O caminho natural das aulas, das pesquisas e das orientações foi consolidar a linha de pesquisa “Política e Território” e a formalização em 1994 do grupo de pesquisas, *GEOPPOL – Grupo de Pesquisas sobre Política e Território*, registrado no diretório dos grupos de pesquisas do CNPq. Vinculado ao PPGG, reúne estudantes de Graduação, Pós-Graduação e Pós-Graduados em Geografia. O Geopopol tornou-se em todos esses anos um espaço privilegiado de debates dos temas das pesquisas dos profissionais e estudantes, bem como de temas de interesse mais amplo da geografia política. É neste fórum de discussão que os projetos de pesquisas têm se desenvolvido desde então, com debates dos projetos para teses e dissertações onde críticas são feitas e questões levantadas. Esta dinâmica de participação de todos, inclusive de bolsistas de Iniciação Científica, tem contribuído para a excelência das teses e das dissertações, bem como das monografias de graduação.

O problema do imaginário político, implícito no regionalismo nordestino e na reprodução da oligarquia regional, mostrou seu potencial inicialmente com a dissertação sobre *O imaginário oligárquico do programa de irrigação no Nordeste*, de Rejane Cristina Araújo Rodrigues, defendida em março de 1993, que foi a primeira dissertação orientada por mim. A análise dos projetos de irrigação em Petrolina e Juazeiro ampliou o escopo conceitual e analítico trazido pela pesquisa *d’O mito da necessidade*, que continuou a abrir campos de pesquisa e atraiu professores da Região Nordeste, inspirando suas teses.

O tema já dava seus frutos, que cresceram e amadureceram ao longo dos anos. A primeira tese foi *Memória e imaginário político na (re)invenção do lugar. Os Rosado e o país de Mossoró* de José Lacerda Alves Felipe, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, defendida em 2000. Esta tese tem lugar especial por duas razões: foi minha primeira orientação de doutorado e por discutir de forma competente o imaginário político em um caso tão singular como o da família Rosado Maia, até hoje dominante no cenário político do oeste do Rio Grande do Norte.

Em seguida, em 2003, outros professores do Nordeste defenderam teses: a professora Vera Lúcia Mayrink de Oliveira Mello, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco, sensibilizada com a questão do imaginário, aplicou-o na tese *A paisagem do rio Capibaribe: um recorte de significados e representações*; e o professor da Universidade Federal da Paraíba, Campus de Cajazeiras, Josias de Castro Galvão pesquisou *Água, a redenção para o Nordeste: discursos das elites políticas cearense e paraibana sobre obras hídricas redentoras e as práticas voltadas ao setor hídrico*, o imaginário sobre a água como a redenção da Região foi aprofundado nessa tese.

Em 2004 foi a vez de Caio Amorim Maciel, da Universidade Federal de Pernambuco focar, assim como Vera Mairink já havia feito, o tema do imaginário na perspectiva da geografia cultural. Sua tese *Metonímias Geográficas: imaginação e retórica da paisagem no semiárido pernambucano* incorporou toda uma vertente teórica da geografia cultural e o problema das representações. Seu trabalho é também uma referência necessária ao tema, tanto pela qualidade da discussão conceitual como pela pesquisa de campo realizada voltada para as representações positivas sobre o semiárido nordestino.

Rafael Winter Ribeiro, em 2001, seguiu a linha de explorar as narrativas do imaginário político na sua dissertação *A construção da aridez: representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca (1877-1909)*. Participante do Geopopol desde a graduação, a pesquisa revelou o potencial dos documentos públicos nos arquivos nacionais e sua competência em explorá-los.

Trazendo o problema do imaginário para outro patamar, a dissertação *O campus da UFRJ na Ilha do Fundão: análise de sua localização e organização espacial*, de Maria Lucia Vilarinhos, defendida em 2000, identificou e analisou a relação dos projetos da Universidade do Brasil com os debates e dilemas para a definição de um novo local de implantação. A escolha da Ilha do Fundão para a localização do campus trouxe várias consequências, entre elas um território que mais separa do que integra a vida acadêmica.

Sob outra perspectiva, o problema do imaginário e das bases fundadoras da institucionalidade do Estado abriram novos campos de investigação. Neste sentido, o eixo do Estado como questão mostrou-se oportuno para novos ângulos de análise do imaginário na geografia política. A tese *A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial do Brasil (1889-1930)* de Rafael Winter Ribeiro identificou a relação da natureza e do imaginário na construção de uma visão particular sobre o território nacional. O tema foi objeto de uma pesquisa criteriosa dos Relatórios do Ministério da Agricultura no período estudado. Rafael é hoje meu colega no Departamento de Geografia da UFRJ e Vice-Coordenador do Geopopol, que com ele ganhou uma nova dimensão na aproximação da geografia política com a geografia cultural. Com orientações de mestrado

do e doutorado concluídas, é o mais novo pesquisador do PPGG credenciado com uma bolsa de pesquisa do CNPq. A geografia política, o Geoppol e o PPGG se fortalecem com a sua atuação.

Destaco também experiência de orientar em 2000 a dissertação do discente angolano Mario Caita Bastos sobre *As escalas institucionais e as bases étnicas na organização do poder e do território de Angola*. As trocas com o estudante foram enriquecedoras e interessantes por desvendar o universo de uma formação territorial e estatal bem diferente da brasileira. A orientação foi uma aventura bem particular pelos estranhamentos culturais e surpreendentemente pelo idioma.

O problema da institucionalidade do Estado e do território foi explorado também por Fabiano Soares Magdaleno na dissertação sobre *O território nas Constituições brasileiras: interpretando a estrutura federativa do Brasil* em 2001. Sua pesquisa revelou a centralidade do território na ideia e ação do Estado nacional. Na mesma linha, a dissertação realizada na Escola de Comando e Estado Maior do Exército pelo Major (hoje General) Ricardo de Castro Trovizo sobre *O envolvimento do Exército com a política nacional. E seus reflexos para as transformações da Força Terrestre*, defendida em 2007, trata da inescapável e complexa relação entre a estrutura verticalizada das forças armadas e a horizontalidade da política. No eixo da relação entre Estado e identidade, Nelson Nóbrega Fernandes defendeu em 2001 a tese *Festa, cultura popular e identidade nacional. As escolas de samba do Rio de Janeiro (1928-1949)* e demonstrou que não há construção cultural sem conflitos, sem acordos e sem instituições.

A dimensão institucional, na qual se inserem os municípios e as políticas públicas, trouxe novo arsenal de pesquisas para as teses de doutorado, atraindo novos professores da Região Nordeste. Da Bahia vieram dois professores da Universidade Estadual. Antônio Ângelo Martins da Fonseca, do Campus de Feira de Santana, estudou a *Descentralização e estratégias institucionais dos municípios para a capacitação de recursos: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista – BA (1997-2003)*. A vertente institucional e a questão do município como um território político-institucional se evidenciavam e o território baiano mostrou-se um excelente campo de indagações e de estudos. Do Campus de Vitória da Conquista veio Renato Leone Miranda Léda interessado em investigar e compreender as *Políticas públicas e a territorialização do desenvolvimento turístico da Bahia: o caso da Chapada Diamantina*. Munido de excelente bagagem intelectual e de longa experiência sobre os conflitos e interesses na ocupação turística da Chapada Diamantina, a tese tem sido uma referência sobre as políticas públicas na área do turismo em Parques Nacionais.

No Rio de Janeiro duas orientações de doutorado foram importantes, não apenas pela qualidade dos trabalhos realizados, mas também pelos vínculos institucionais que elas ensejaram para o Geoppol. Trata-se de Monica O'Neill, geógrafa do IBGE, que desenvolveu um conjunto sofisticado de indicadores para elaborar a tese inovadora na geografia brasileira sobre *As bases territoriais institucionais: novas configurações no espaço nordestino* e no Rio de Janeiro. Linovaldo Miranda Lemos, do CEFET de Campos, estudou *O papel das políticas públicas na formação de capital social em municípios novos ricos fluminenses* em 2008, identificando o fraco papel da sociedade local no controle da aplicação dos recursos obtidos com os royalties do petróleo no estado. Retomando esta

linha, porém com perspectiva em outra escala, o mestrando americano Brian Ackerman pesquisou os espaços de integração no campus do Fundão como recursos para o fortalecimento da comunidade cívica, importante para a cidadania, fazendo estudo comparativo com aqueles espaços do campus da Universidade Estadual da Flórida, na linha teórica de Robert Putnam. Sua dissertação *A geografia do quarto preceito: Espaços de organizações de representação estudantil nos campi da Universidade da Flórida Central e a Universidade Federal do Rio de Janeiro*, foi defendida em 2011 e a convivência com o jovem americano, seus interesses e deslumbramentos foi enriquecedora para o grupo de pesquisa e para ele, cujos laços de amizade e cooperação continuam.

Em 2009 foi defendida a dissertação sobre *O programa de despoluição da Baía de Guanabara. Entraves institucionais e Impactos territoriais na região metropolitana do Rio de Janeiro* por Márcio Viveiros. Sua pesquisa focou nas dificuldades impostas pelas regras particulares de cada escala federativa para a execução de uma política pública fundamental para o espaço metropolitano do estado. Ainda como pano de fundo da institucionalidade das políticas públicas e do federalismo, em 2013, Savio Olesiere, após seu ingresso no Ministério da Ciência e Tecnologia, pesquisou a política científica a partir das alocações de recurso do FNDCT com a tese *Desconcentração regional e evolução da política científica, tecnológica de inovação no Brasil*. Nesse mesmo eixo, Rejane Rodrigues defendeu tese de doutorado em 2007 sobre a *Logística do porto de Sepetiba*, (destacando) *os conflitos institucionais e políticos nas diferentes fases do projeto do porto*. Hoje é professora do curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação da PUC-Rio. Políticas públicas, instituições e território confluíram em pesquisas de questões da cidadania. Fabio de Oliveira Neves, hoje professor na UNIOESTE em Marechal Cândido Rondon no Paraná, estudou em 2006 o problema não resolvido do lixo na cidade com a dissertação *Geografia dos resíduos sólidos do Rio de Janeiro: entre os direitos e os deveres da cidadania*.

Como já apontado anteriormente, o município emergiu como um objeto geográfico pleno de dimensões a serem investigadas. Juliana Nunes Rodrigues estudou a questão da distribuição dos fundos públicos para os municípios na sua dissertação: *As transferências intergovernamentais de recursos do FPM e do ICMS como estratégias de equilíbrio espacial*, em 2006. Dando continuidade à temática municipal, Juliana foi mais longe e fez um estudo comparativo entre consórcios municipais brasileiros e a intercomunalidade na França. Sua tese de doutorado em Lyon, que coorientei, *La coopération intercommunale: regards croisés entre la France et le Brésil* foi considerada inovadora e um avanço para a geografia política por membros franceses da sua banca de defesa. Não é pouca coisa! Em seu retorno obteve bolsa de pós-doutorado no Geopoll sob minha orientação. Atualmente é professora na UFF, construiu suas linhas e redes de pesquisa, sem deixar a cooperação com o grupo de pesquisa. O tema municipal, na perspectiva dos movimentos de emancipação foi retomado por Daniel Abreu de Azevedo em 2012, também com o enfoque comparativo sobre a desigualdade, e os modos como a cidadania é exercida nesse contexto, em sua dissertação sobre a *Divisão Municipal e o exercício da cidadania em espaços desiguais: Os casos do Piauí e Rio Grande do Sul*.

Novamente da Região Nordeste, desta vez com foco na Região Metropolitana de São Luís no Maranhão e em outras do estado, em 2020, Eduardo Celestino Cordeiro

defendeu a tese sobre os fundamentos legais e os recursos implícitos na luta por inclusão metropolitana em municípios periféricos e sem grau adequados de urbanização na tese *A metropolização de papel como trunfo político: uma investigação a partir da instituição de Regiões Metropolitanas no Maranhão*.

Duas dissertações são interessantes pelos temas trazidos pelos estudantes que queriam desenvolvê-los na perspectiva da geografia política: *Projeto geopolítico e terra indígena – Dimensões territoriais da política indigenista*, de Jurandyr Carvalho Ferrari Leite, do Museu Nacional, em 1999; e outro, do estudante de relações internacionais Rômulo Duarte Dias da Silva, que propôs o tema das relações entre o Brasil e o Paraguai com a dissertação, em 2012, *Quando a Pedra Desafina: Itaipu e o recrudescimento das relações Brasil-Paraguai na contemporaneidade*.

Com pesquisas no campo de uma geografia política informada por temas e bases conceituais da política, o problema eleitoral não poderia deixar de surgir. Em 2008 Fabiano Magdaleno fez uma tese de doutorado ousada, sobre a territorialidade da representação parlamentar no estado do Rio de Janeiro: *A territorialidade da representação política no Estado do Rio de Janeiro: uma análise dos vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses*. Utilizou como material empírico um longo levantamento sobre o destino das emendas parlamentares. Um cientista político foi convidado para a banca de defesa da tese e declarou que após ler seu trabalho ficou convencido de que existe realmente uma “territorialidade da política”. Sua tese já está publicada e ele já foi solicitado por políticos para mapear seus votos e suas emendas. Hoje é professor no CEFET-RJ. No mesmo ano, a influência eleitoral da igreja evangélica foi tema da dissertação de Danilo Fiani Braga: *Pentecostalismo e política: uma geografia eleitoral dos candidatos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no Município do Rio de Janeiro*, sobre a territorialidade da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) a partir do mapeamento dos votos dos políticos vinculados a ela no município do Rio de Janeiro. Após ser aprovado em concurso público, Danilo hoje é geógrafo da ANAC – Agência de Aviação Civil. Em 2013, Vinicius Juwer, terminou sua monografia de graduação sobre a territorialidade das milícias e atualmente reforça a linha da geografia eleitoral, já explorada no Geopol por Danilo Fiani, através da ampliação de seu tema de investigação.

Com os avanços dos debates e das pesquisas no grupo aprofundando o tema das relações entre política, território e cidadania, o tema da democracia e seus espaços se impôs. Debates o problema do espaço político como conceito e estratégia social estabelecendo os marcos que o diferenciam do espaço público. Um novo e rico leque de investigação se abriu. Em 2013 foram estudadas as reservas extrativistas por Manuelle Lago Marques na dissertação *Reservas extrativistas como política pública: conservação, território e democracia*. Em 2019 Caio Perdomo trouxe a discussão para o espaço escolar e analisou os *Espaços da democracia na escola: O papel dos Grêmios do Colégio Pedro II na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*.

O tema dos espaços políticos foi se consolidando cada vez mais com dissertações e teses e tem demonstrado sua atualidade e oportunidade para a geografia política contemporânea. Guilherme Felix Machado Filho, em 2017, estudou a organização espacial das manifestações nas ruas e na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e apresentou a dissertação sobre os *Espaços da política: a relação entre o espaço político das assem-*

bleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas e identificou o impacto das mobilizações populares na agenda da representação política do estado.

Uma tese que representa bem a pluralidade temática e as possibilidades analíticas do conceito de espaço político e da tipologia proposta é a de Marcelo Alonso Moraes, que estudou os *Espaços da religião na cidade do Rio de Janeiro: conflitos e estratégias das práticas umbandistas* em 2017. O problema, mais do que religioso, revelou-se uma ferrenha disputa por espaços e pelo direito à cultura.

Com a perspectiva da formação da esfera pública e sua influência no espaço social, Tatiana Lemos dos Santos Borges estudou duas rádios comunitárias na dissertação *Os meios de comunicação e a formação das esferas públicas locais: o caso das rádios comunitárias de Varre-Sai e Copacabana* em 2017. Analisando o período da ação da UPP no Morro Dona Marta em Botafogo, Rubens Buarque Gusmão pesquisou os espaços de debates e decisões ocupados pelas associações de moradores na dissertação *Da integração territorial à formação do espaço político: pensando a democracia nas comunidades pacificadas – o caso do Morro Dona Marta* em 2014.

Ainda na relação entre democracia e espaço, Sérgio Silva Borges estudou para sua tese os *Espaços políticos e a democracia: As ruas das jornadas de junho de 2013 e seus impactos político-institucionais* em 2020. Sérgio hoje é professor na Yukon University, no Canadá. Daniel Abreu de Azevedo trouxe o debate em torno da ideia de democracia em diferentes correntes conceituais para elaborar uma crítica balizada e contundente às idealizações da democracia direta, tomando como objeto de investigação os conselhos participativos. Sua tese *A democracia participativa como um sofisma: uma interpretação geográfica da democracia*, de 2016, tornou-se uma referência e tem sido lido e citada. Ele hoje é Professor da Universidade de Brasília – UnB e continua sendo um colaborador competente e ativo do Geopol.

Não poderia deixar de acrescentar a experiência de orientação de pós-doutorado de Pablo Ibañes, doutorado na USP e hoje professor da Universidade Rural do Rio de Janeiro, e de outro doutor, Dirceu Cadena, já na segunda geração do Geopol, uma vez que foi orientado pelo Rafael Winter Ribeiro e que, formado nos temas e debates do centro de pesquisa por nós coordenado, hoje leva os debates da geografia política para a Universidade Federal do Ceará.

## Conclusão

Ao fim desse relato percebi a coerência entre cursos e projetos no eixo da linha de pesquisa Política e Território. Embora esta coerência fosse esperada, a riqueza temática dos projetos em alguns momentos trazia um certo temor de perder o rumo. Mas não foi isso que aconteceu, ao contrário, a geografia política do PPGG está fortalecida e está presente em universidades de diferentes partes do país. A maioria das teses e dissertações foram publicadas e tornaram-se referências para outros estudantes de outros programas de pós-graduação. A partir do PPGG e do Geopol temos hoje uma rede de trocas com colegas que lideram pesquisas em geografia política em estados da Região Nordeste – Pernambuco, Paraíba, Bahia e Ceará, em Brasília – na UnB, no Ministério da Ciência e Tecnologia, no Paraná, e em instituições do Rio de Janeiro.

Atualmente, a renovação e ampliação do escopo temático dos debates na linha de pesquisa e no Geopop é evidente com a entrada no PPGG do agora colega Rafael Winter. Sua atuação, ao mesmo tempo que dá continuidade à cultura pluralista do programa, tem atraído novos estudantes, novos temas e reforça o enriquecimento das pesquisas no programa e no grupo, cujas redes de colaboração se reforçam e se ampliam.

## Referências Bibliográficas

ACKERMAN, B. W. *A geografia do quarto preceito: espaços de organizações de representação estudantil nos campi da Universidade da Flórida Central e a Universidade Federal do Rio de Janeiro*. 2011. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

AZEVEDO, D. A. *Divisão Municipal e o exercício da cidadania em espaços desiguais: os casos do Piauí e Rio Grande do Sul*. 2012. 121f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

AZEVEDO, D. A. *A democracia participativa como um sofisma: uma interpretação geográfica da democracia*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BASTOS, M. C. *As escalas institucionais e as bases étnicas na organização do poder e do território de Angola*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRAGA, D. F. *Pentecostalismo e política: uma geografia eleitoral dos candidatos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no Município do Rio de Janeiro – 2000 a 2006*. 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BORGES, S. S. *Espaços políticos e a democracia: as ruas das jornadas de junho de 2013 e seus impactos político-institucionais em 2020*. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BORGES, T. L. S. *Os meios de comunicação e a formação das esferas públicas locais: o caso das rádios comunitárias de Varre-Sai e Copacabana*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CORDEIRO, E. C. *A metropolização de papel como trunfo político: uma investigação a partir da instituição de Regiões Metropolitanas no Maranhão*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FELIPE, J. L. A. *Memória e imaginário político na (re)invenção do lugar. Os Rosados e o país de Mossoró*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERNANDES, N. N. *Festa, cultura popular e identidade nacional. As escolas de samba do Rio de Janeiro (1928-1949)*. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FONSECA, A. A. M. *Descentralização e estratégias institucionais dos municípios para a capacitação de recursos: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista – BA (1997-2003)*. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GALVÃO, J. C. *Água, a redenção pra o Nordeste: discurso das elites políticas cearenses e paraibanas sobre obras hídricas redentoras e as práticas voltadas ao setor hídrico*. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GUSMÃO, R. B. *Da integração territorial à formação do espaço político: pensando a democracia nas comunidades pacificadas – o caso do Morro Dona Marta*. 2014. 96f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LA BOÉTIE, E. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Editora Nós, 2015.

LEMOES, L. M. *O papel das políticas públicas na formação de capital social em municípios novos riscos fluminenses*. 2008. 265f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MACHADO FILHO, G. F. *Espaços da política: a relação entre o espaço político das assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas*. 2017. 92f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MACIEL, C. A. *Metonímias Geográficas: imaginação e retórica da paisagem no semiárido pernambucano*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MAGDALENO, F. S. *A territorialidade da representação política no estado do Rio de Janeiro: uma análise dos vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses*. 2008. 250f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARQUES, M. L. *Reservas extrativistas como política pública: conservação, território e democracia*. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MELO, V. L. M. O. *A paisagem do rio Capibaribe: um recorte de significados e representações*. 2003. 273f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MORAIS, M. A. *Espaços da religião na cidade do Rio de Janeiro: conflitos e estratégias das práticas umbandistas*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NEVES, F. O. *Geografia dos resíduos sólidos do Rio de Janeiro: entre os direitos e os deveres da cidadania*. 2006. 84p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LÉDA, R. L. M. *Políticas públicas e a territorialização do desenvolvimento turístico da Bahia: o caso da Chapada Diamantina*. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LEITE, J. C. F. *Projeto geopolítico e terra indígena – dimensões territoriais da política indigenista*. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLESIERE, S. *Desconcentração regional e evolução da política científica, tecnológica de inovação no Brasil*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

O'NEILL, M. M. V. *As bases territoriais institucionais: novas configurações no espaço nordestino*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PERDOMO, C. *Espaços da democracia na escola: o papel dos Grêmios do Colégio Pedro II na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, R. W. *A construção da aridez: representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca (1877-1909)*. 2001. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, R. W. *A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial do Brasil (1889-1930)*. 2005. 259f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, J. N. *As transferências intergovernamentais de recursos do FPM e do ICMS como estratégias de equilíbrio espacial*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, R. C. A. *O imaginário oligárquico do programa de irrigação no Nordeste*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, R. A. *Modernização portuária e rede logística – o porto de Sepetiba/Itaguaí como vetor de desenvolvimento no território fluminense*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, R. D. D. *Quando a pedra desafina: Itaipu e o recrudescimento das relações Brasil-Paraguai na contemporaneidade*. 2012. 158p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TROVIZO, R. C. *O envolvimento do Exército com a política nacional. E seus reflexos para as transformações da Força Terrestre*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VILARINHOS, M. L. *O campus da UFRJ na Ilha do Fundão: análise de sua localização e organização espacial*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VIVEIROS, M. *O programa de despoluição da Baía de Guanabara. Entraves institucionais e Impactos territoriais na região metropolitana do Rio de Janeiro*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-IGEO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Recebido em: 08/09/2022.

Aceito em: 22/09/2022

## Notas

<sup>1</sup> Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, vinculado à Universidade Cândido Mendes.

<sup>2</sup> O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Defendida em 1989 e publicada em 1992 pela Editora Bertrand Brasil.